

O Núcleo Semente – Saúde Mental e Direitos Humanos relacionados ao Trabalho, vinculado ao Instituto Sedes Sapientiae, vem a público manifestar preocupação quanto ao adiamento, para o mês de maio de 2023, da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental (CNSM).

Apesar de considerar relevantes os argumentos elencados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), expressos na Resolução Nº 678, de 30 de junho de 2022, que “Dispõe sobre o adiamento da etapa nacional da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental”, os/as integrantes do Núcleo Semente entendem que a não realização do evento:

- 1) é parte de um conjunto de iniciativas recorrentes do atual governo, voltadas a minar toda e qualquer forma de participação democrática da sociedade civil e representações dos movimentos sociais nos processos de formulação, operacionalização e acompanhamento de políticas de saúde;
- 2) assume gravidade particular em função do contexto de sobreposição de crises (econômica, social, política e sanitária) em curso no Brasil, tornando urgente a necessidade de implementar espaços de reflexão, planejamento e de tomada de decisões coletivas, capazes de fortalecer perspectivas, direção e ações distintas das que vêm ocorrendo nas políticas públicas ao longo do governo Bolsonaro

Partindo dessas premissas, considerando o *trabalho* como dimensão central nos processos saúde-doença, em especial no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho – SMRT, destacamos a necessidade de debate e de elaboração de políticas públicas que considerem:

- **Precarização crescente da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.**

As alterações substanciais que, enquanto trabalhadores e trabalhadoras, temos *observado e vivenciado* nas relações de trabalho e no acesso aos direitos sociais básicos durante as últimas décadas, articuladas ao agravamento da crise econômica e social, expressam-se com nitidez na ampliação do contingente de famílias sem acesso a condições mínimas de sobrevivência.

Salientamos que os processos de precarização do trabalho têm se desenvolvido lastreados pelo desmonte de direitos sociais. Trata-se, em sentido amplo, de um contexto de profunda precarização social que têm repercutido de forma negativa e significativa sobre

a saúde mental daqueles e daquelas que dependem de seu trabalho, formalizado ou não, para sobreviver.

- **O desemprego e a precarização do trabalho, da vida e da saúde da classe trabalhadora no Brasil**

A falta de emprego e renda, assim como a precarização do trabalho desencadeiam consequências deletérias na vida, na saúde e nas sociabilidades de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo as relações familiares, gerando sentimentos diversos: desalento, insegurança, solidão, fracasso e falta de reconhecimento, o que favorece o surgimento de atos, como o uso nocivo de substâncias psicoativas ilícitas e também das lícitas, como o álcool e o tabaco, e o uso indevido de medicamentos de diversas classes, como os benzodiazepínicos, os analgésicos, os anti-inflamatórios, os antidepressivos, etc.

Quanto ao desemprego e a conseqüente queda ou ausência de renda, sabe-se ser esse o elemento central implicado no recrudescimento do flagelo da fome no Brasil.

De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2022), mais da metade da população brasileira convive com algum tipo de insegurança alimentar. A fome avança rapidamente, sendo que o número de pessoas sem ter o que comer diariamente quase dobrou nos dois últimos anos, totalizando 33,1 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 14 milhões de pessoas em pouco mais de um ano. Nas áreas rurais, a insegurança alimentar, esteve presente em mais de 60% dos domicílios.

As famílias mais atingidas são as chefiadas por mulheres, especialmente mulheres negras, e com crianças pequenas, o que impulsiona o aumento do trabalho infantil, com consequências nocivas no desenvolvimento global dessas crianças e favorecendo o surgimento de sérios agravos à saúde mental das mesmas.

Observa-se também um aumento significativo de parcela da classe trabalhadora vivendo nas ruas, situação determinada pela perda de trabalho, ainda que informal, e conseqüentemente de moradia. São famílias inteiras dormindo ao relento, sem o mínimo de dignidade e carecendo, dentre outras ações, da ampliação, da diversificação e da qualificação de políticas públicas de saúde mental, como por exemplo, os Consultórios de Rua.

- **Degradação ambiental e exposição de trabalhadores/as rurais e da população em geral aos agrotóxicos**

As recentes e crescentes liberações do uso abusivo de agrotóxicos em atividades agrícolas no Governo Bolsonaro, produz efeitos à saúde da população, de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de consumidores dos alimentos produzidos e do meio ambiente. A contaminação pelo consumo dos alimentos, pela exposição de trabalhadores e trabalhadoras ou pelas agressões ao ecossistema, podem desencadear intoxicações agudas ou doenças crônicas, incluindo cânceres e agravos à saúde mental, muitas vezes irreversíveis. Os estudos revelam que o uso criminoso de agrotóxicos é responsável pela ocorrência de danos à saúde física e psíquica de trabalhadores e trabalhadoras rurais, inclusive ideações suicidas e suicídios.

Igualmente, padece de todos esses males, parte da população que sobrevive do plantio e dos recursos da terra, como os povos indígenas, as populações ribeirinhas e quilombolas.

- **O contexto da crise sanitária, os desafios da Covid longa, e seus imbricamentos com o mundo do trabalho.**

Destacamos que tais circunstâncias nos colocam diante do desafio de elaborar e assegurar que sejam tomadas medidas mais assertivas, preservando o caráter interdisciplinar, parâmetro de excelência nas ações no âmbito do SUS, envolvendo a preparação de profissionais de saúde para lidar com os lutos e outras derivações psicossociais que se apresentam e que mais do que nunca se confundem no âmbito do trabalho. Da mesma forma, consideramos prioritária a realização de medidas que avaliem e atuem sobre as consequências nocivas da pandemia na saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

- **Denunciar e impedir a deturpação desencadeada pelo Governo Bolsonaro das experiências das Comunidades Terapêuticas.**

Denunciamos que o que se tem chamado de “Comunidade Terapêutica”, com o apoio e reforço do atual governo, são locais nos quais são desrespeitados os direitos básicos de



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro Godoy 1484
05015-900 SP Brasil
Tel/Fax 0xx11 3866 2730
<http://www.sedes.org.br>
sedes@sedes.org.br



Saúde Mental e Direitos Humanos
Relacionados ao Trabalho

acesso à condição humana, com uso de práticas que negam a ciência, alinhadas a preceitos religiosos e conservadores que têm perpassado as políticas públicas desenvolvidas pelo atual governo, a exemplo das levadas à cabo pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, até há pouco, coordenado por Damares Alves.

Defendemos o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial e da estratégia de Redução de Danos como garantia de direito em saúde mental baseadas no protagonismo de usuários e usuárias e de seus familiares, garantindo uma atenção à saúde mental que considere os marcadores sociais de classe, etnias, raça, cultura, identidade de gênero, orientação sexual e deficiências.

Nesse sentido, acreditamos que a luta antimanicomial no Brasil, herdeira da construção de alternativas à psiquiatria repressiva, e propositora de políticas públicas concebidas de forma a estruturar e fazer funcionar uma rede alternativa de serviços, precisa ser restabelecida, atendendo aos desafios impostos pela superposição de crises, pela precarização social e do trabalho, assim como pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19.

São Paulo, 22 de julho de 2022.

Núcleo Semente
Saúde Mental e Direitos Humanos relacionados ao Trabalho
Instituto Sedes Sapientiae